



# CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

Estado de Minas Gerais  
CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 09/2024 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### I - RELATÓRIO

De autoria da Mesa Diretora, o Projeto de Lei nº 09/2024, "Altera a Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o pagamento de verbas indenizatórias no Poder Legislativo Municipal".

Publicada, a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe a alínea "a", inciso I, do art. 93, do Regimento Interno.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é conferido a quaisquer dos legitimados a que refere o art. 60 da Lei Orgânica do Município.

No mérito, a proposta busca alterar a redação do parágrafo 3º, artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o pagamento de verbas indenizatórias no Poder Legislativo Municipal".

A alteração ora proposta não contém nenhum vício de ordem constitucional ou legal, motivo pelo qual não vejo óbice à regular tramitação da proposição.

### III - CONCLUSÃO:

**ANTE O EXPOSTO**, opino pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 09/2024.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2024.

|  |          |
|--|----------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG |          |
| Protocolo no livro próprio às folhas           | 53       |
| Sob o nº                                       | 109/2024 |
| às   | 13:21    |
| Horas  |          |
| Bonf.de Minas - MG                             | 16/05/24 |
| Servidor Responsável                           |          |

Vereador **MARCOS BRANDÃO**  
Relator

|   |                 |
|---|-----------------|
| Inscrito no quadro de avisos da Câmara em |                 |
| 17/05/2024                                | às 14:19 horas, |
| e registro em livro próprio às folhas 54  |                 |
| Sob o nº                                  | 104/24          |
| Assinatura Responsável                    |                 |



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS  
DE MINAS - MG  
SECRETARIA DAS COMISSÕES

**DESPACHO**

Aprovado (X) Rejeitado ( ) o voto do relator  
em único turno por ( ) votos favoráveis ( )  
votos contrários e ( ) abstenções.

Sala de Comissões 17 / 05 / 2024

[Assinatura]  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS  
DE MINAS - MG  
SECRETARIA DAS COMISSÕES

**DESPACHO**

Dou por concluso nesta comissão  
o presente processo legislativo  
subam os autos à mesa diretora.

Sala das Comissões 17 / 05 / 2024

[Assinatura]  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Publicada a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o artigo 5º, inciso I, do art. 93, do Regimento Interno.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é conferido a quaisquer dos legitimados a que refere o art. 60 da Lei Orgânica do Município.

No mérito, a proposta busca alterar a redação do parágrafo 3º, artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o pagamento de verbas indenizatórias no Poder Legislativo Municipal".

A alteração ora proposta não contém nenhum vício de ordem constitucional ou legal, motivo pelo qual não vejo óbice à regular tramitação da proposição.

## III - CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, opinio pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 09/2024.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2024.

Vereador MARCOS BRANDÃO

Relator

Sala de Comissões, 17 de maio de 2024.

[Assinatura]

Vereador MARCOS BRANDÃO

Relator

Sala de Comissões, 17 de maio de 2024.

[Assinatura]